

RECURSO ESPECIAL Nº 1.568.272 - MT (2015/0272577-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : ADILSON DE CASTRO OLIVEIRA
ADVOGADO : ADILSON DE CASTRO OLIVEIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) - MT003221
RECORRIDO : OSMANO VELEDA - POR SI E REPRESENTANDO
RECORRIDO : ILZA LEODUGÉRIA BARBALHO VELEDA - HERDEIRO
RECORRIDO : JOEDELMA SILVA BARBALHO - POR SI E REPRESENTANDO
RECORRIDO : JOÃO LUIZ BARBALHO - HERDEIRO
RECORRIDO : MARIA AUXILIADORA BISPO
RECORRIDO : BENEDITA LODUGERIA BARBALHO
RECORRIDO : MARIA LUDGERIA BARBALHO
RECORRIDO : JOSENIR BARBALHO E SILVA - POR SI E REPRESENTANDO
RECORRIDO : ZULEICA LEODUGÉRIA BARBALHO E SILVA - HERDEIRO
RECORRIDO : VALDEMIR RIBEIRO BARBALHO - POR SI E REPRESENTANDO
RECORRIDO : FLORENTINO LUIZ BARBALHO - HERDEIRO
RECORRIDO : AURELIANA BARBALHO DE CRISTO - POR SI E REPRESENTANDO
RECORRIDO : BABITA LODUGÉRIA BARBALHO DE CRISTO - HERDEIRO
RECORRIDO : BENEDITO LUIS BARBALHO - POR SI E REPRESENTANDO
ADVOGADO : MOACY FELIPE CAMARAO E OUTRO(S) - MT005040
INTERES. : EDVAR PEREIRA LUIZ
INTERES. : MARLENE MACEDO LUIZ
INTERES. : DIRCEU NUNES
INTERES. : TEREZINHA MARQUES NUNES
INTERES. : BENEDITO CLÁUDIO MEIRELLES
INTERES. : HEROINA RODOVALHO MEIRELLES
INTERES. : NEWTON FERREIRA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ADILSON DE CASTRO OLIVEIRA com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA DE NULIDADE DE SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA C/C REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/C DANOS MORAIS - RECONHECIMENTO DE DECADÊNCIA - EXTINÇÃO DO FEITO - PRELIMINAR - INTEMPESTIVIDADE RECURSAL - REJEIÇÃO - CERCEAMENTO DE DEFESA - CONFUSÃO COM O MÉRITO - NULIDADE DE ATO JURÍDICO - ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA - NULIDADE INSUSCETÍVEL DE CONVALIDAÇÃO PELO DECURSO DE

PRAZO - AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DE VONTADE - VÍCIO INSANÁVEL NÃO SUJEITO AO PRAZO PRESCRICIONAL OU DECADENCIAL - SENTENÇA ANULADA - RECURSO PROVIDO.

Em se tratando de declaração de inexistência de negócio jurídico, não há falar em prescrição ou decadência, mormente se o fundamento da ação questiona a falsidade de assinaturas e de documento público. Sentença anulada com o retorno dos autos para instrução e novo julgamento." (e-STJ, fl. 833)

Os embargos de declaração foram rejeitados, e-STJ, fls. 987/996 e 1.005/1.010.

Na sequência, ADILSON DE CASTRO OLIVEIRA opôs novos embargos de declaração, os quais foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.014/1.019).

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta violação aos artigos art. 128, 267, 301, 463, 516 e 535 do Código de Processo Civil/73; 490, 507, 527, 530, 550, 551 e 859 do Código Civil/16; 1228 e 1245 do Código Civil de 2002; 252 da LRP (Lei 6.015/73), bem como divergência jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, a) negativa de prestação jurisdicional, "*porquanto o Tribunal de origem, não obstante a interposição de dois embargos de declaração, se recusou a julgar o pedido reivindicatório constante da cumulação de pedidos relacionados na petição inicial e não se manifestou quanto à matéria de ordem pública contida nos artigos 267, IV e VI, e §3, 515, §§1 ao 3, 516 do CPC*" (e-STJ, fl. 1.060) e "*r. decisão recorrida também se omitiu quanto à intempestividade do recurso de apelação cível*" (e-STJ, fl. 1.084); b) cabia ao Tribunal de origem "*conhecer de ofício das questões de ordem pública referentes às condições da ação reivindicatória e aos pressupostos processuais (ausência dos requisitos de admissibilidade da ação reivindicatória) e à ilegitimidade ativa e passiva, aplicando ao caso o efeito devolutivo*" (e-STJ, fl. 1.065); e c) "*recurso da apelação devolve, em profundidade o conhecimento da matéria impugnada, ainda que não resolvida pela sentença. Trata, portanto, de seu efeito devolutivo e pode o tribunal, dentro das limitações e exceções legais conhecer das questões de ordem pública suscitadas em sua dimensão vertical, isto é, em sua profundidade, desde que dentro da matéria debatida ou que seja passível*

de conhecimento "ex officio", como é o caso dos pressupostos essenciais de admissibilidade da ação reivindicatória, da intempestividade do recurso, da ilegitimidade ativa e passiva e da carência de ação, postas a julgamento" (e-STJ, fl. 1.075).

Contrarrazões apresentadas às fls. 1.108/1.122, e-STJ.

É o relatório. Decido.

Cumprе salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

Inicialmente, não se verifica a alegada violação ao art. 535 do CPC/73, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas.

Nas razões recursais, a recorrente alega que o acórdão recorrido incorreu em evidente afronta ao 535 do CPC ao omitir-se *"quanto à intempestividade do recurso de apelação cível"* (e-STJ, fl. 1.084). Por sua vez, o Tribunal de origem, manifestou-se nos seguintes termos:

"Como se vê às fis. 691/693, consta a juntada do substabelecimento sem reserva de poderes ao advogado Dr. Moacy Felipe Camarão em 21/06/2013 e às fis. 694/712, o recurso de apelação interposto pelos autores em 22/07/2013, porém, não se verifica a certidão de publicação da sentença. Diante da ausência da mencionada certidão, em consulta ao site deste e. Tribunal de Justiça verifica-se que, após a juntada do substabelecimento, o advogado dos autores/apelantes Dr. Moacy Felipe Camarão efetuou carga dos autos em 05/07/2013 (sexta-feira), sendo que o prazo para recorrer iniciou-se em 08/07/2013 (segunda-feira), portanto, mostra-se tempestiva a apelação interposta em 22/07/2013 (segunda-feira), dentro do prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 508 do CPC.

Com essas considerações, tendo os autores/apelantes interposto o recurso de apelação dentro do prazo legal, não há falar-se em extemporaneidade do apelo. Portanto, rejeito a preliminar." (e-STJ, fl. 836)

Nesse toar, rejeita-se a alegada violação ao art. 535 do CPC/73, uma vez que o eg. Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso (TJ-MT) analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação.

Avançando, a recorrente alega negativa de prestação jurisdicional, *"porquanto o Tribunal de origem, não obstante a interposição de dois embargos de declaração, se recusou a julgar o pedido reivindicatório constante da cumulação de pedidos relacionados na petição inicial e não se manifestou quanto à matéria de ordem pública contida nos artigos 267, IV e VI, e §3, 515, §§1 ao 3, 516 do CPC"* (e-STJ, fl. 1.060).

De fato, inexistiu omissão no aresto recorrido, porquanto o Tribunal local, anulou a sentença por entender a questão trazida pelos ora recorridos, de declaração de nulidade de das transações realizadas em razão da falsidade de assinaturas e de documentos públicos, é imprescritível. Consignou, ainda, que não havia a possibilidade de apreciar o mérito da ação naquela oportunidade, porquanto os apelantes protestaram em seu recurso pela necessidade de produção de provas, dentre elas a pericial e testemunhal, razão pela qual determinou o retorno dos autos ao juízo de origem para a realização da instrução processual e, posteriormente, o julgamento do mérito da ação. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes excertos do v. acórdão vergastado:

"Da análise dos autos, em que pese os autores/apelantes terem nominado a ação como de nulidade de sentença homologatória, verifica-se que, na verdade, os recorrentes pretendem na verdade a declaração do reconhecimento da inexistência de relação jurídica entre os litigantes em razão de falsidade de assinatura e de documento público.

Dito em outros termos: buscam os autores/apelantes seja declarada a nulidade do negócio jurídico em face da alegada falsidade de assinatura e de documento público, portanto, inaplicável o prazo decadencial previsto no art. 178, inc. 11, do Código Civil, uma vez que a demanda não deve ser enfrentada sob o prisma de vício e consentimento do negócio, mas sob a ausência de consentimento do negócio.

Salienta-se que os apelantes alegam que não houve manifestação de vontade da autora Benedita Ludogéria Barbalho, portanto, o negócio não pode surtir nenhum efeito e, via de consequência, negócio inexistente que é, não se sujeita ao prazo decadencial ou prescricional, pois não ingressa no mundo jurídico.

Sobre o tema, FRANCISCO AMARAL esclarece que "a vontade é elemento fundamental na produção dos efeitos jurídicos, sendo necessário, como é óbvio, que ela se manifeste, se exteriorize" (Direito Civil Introdução, Renovar, 2000, p. 389)

Ademais, os atos inexistentes e nulos são insanáveis, não sendo possível de conserto ou convalidação pelo decurso de tempo. São, assim, imprescritíveis (art. 169 do Código Civil/2002).

Desta feita, diante do pedido posto na peça inicial, não há que se falar em decadência, uma vez que se cuida de alegação de ato inexistente, o qual não produz efeito jurídico algum. (...) Assim, diante de todas as circunstâncias, não resta dúvida de que a sentença de primeiro grau deve ser anulada, já que a questão trazida pelos apelantes, de declaração de nulidade de todas as transações realizadas em razão da falsidade de assinaturas e de documentos públicos, é imprescritível. Contudo, embora anulada a sentença singular, não vejo a possibilidade de apreciar o mérito da ação neste grau de jurisdição, porque os autores/apelantes protestaram em seu recurso pela necessidade de produção de provas, dentre elas a pericial e testemunhal, sob pena de ofensa ao contraditório e a ampla defesa. Desse modo, os autos devem retornar à Comarca de origem para que seja concluída a instrução probatória e apreciados os pedidos de fls. 28/30 e 260, concernentes às provas especificadas pelas partes.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso para anular a sentença monocrática, devendo os autos retornar ao Juízo de origem para que seja realizada a instrução processual e, posteriormente, julgado o mérito da ação." (e-STJ, fls. 838/840)

Assim, não procedem os argumentos sobre a existência de omissão dos artigos de lei indicados como violados, a presença de contradição e obscuridade no julgado e a falta de fundamentação.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados: REsp 209.345/SC, Relator o eminente Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ de 16.05.2005; REsp 685.168/RS, Relator o eminente Ministro JOSÉ DELGADO, DJ de 02.05.2005.

Acrescente-se, ainda, que "o acolhimento de questão preliminar implica a prejudicialidade da análise meritória do pedido formulado; não denega prestação jurisdicional, em consequência, o órgão julgador que, nesta hipótese, deixa de apreciar as questões de mérito suscitadas" (REsp 382.904/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 30/8/2002, DJ 21/10/2002, p. 365).

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA CUMULADA COM PERDAS E DANOS. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1.973. INEXISTÊNCIA. VULNERAÇÃO AO ART. 431-A DO CPC/1.973. CONFIGURAÇÃO DE PREJUÍZO. MODIFICAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 7/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. REEXAME DE PROVAS.

1. Inexiste violação ao artigo 535 do CPC/1.973 quando, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

2. "O acolhimento de questão preliminar implica a prejudicialidade da análise meritória do pedido formulado; não denega prestação jurisdicional, em consequência, o órgão julgador que, nesta hipótese, deixa de apreciar as questões de mérito suscitadas" (REsp 382.904/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 30/8/2002, DJ 21/10/2002, p. 365).

3. Na hipótese dos autos, observa-se que a Corte local analisou suficientemente a demanda e acolheu a preliminar de cerceamento de defesa, com a consequente anulação da sentença e reabertura da fase instrutória. Assim, não procedem os argumentos sobre a existência de omissão dos artigos de lei indicados como violados, a presença de contradição e obscuridade no julgado e a falta de fundamentação.

4. O acórdão proferido pela Corte local também acolheu a preliminar de cerceamento em razão de outro fundamento autônomo, qual seja, a falta de designação de audiência para sanar incongruências e omissões no laudo pericial apresentados nos autos.

5. O acolhimento da pretensão recursal acerca da ausência de prejuízo (pas de nulté sans grife) demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.

6. Não há falar em preclusão, pois, antes da prolação da sentença, a parte recorrida apresentou petição requerendo expressamente a nulidade da perícia e do respectivo laudo.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1507905/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 23/02/2017 - grifou-se)

Pela alínea "c" do permissivo constitucional, melhor sorte não socorre ao apelo nobre, uma vez que o ora recorrente não realizou o cotejo analítico entre os vv. acórdãos em comparação, limitando-se a transcrever cópia de ementas. No entanto, a uníssona jurisprudência desta eg. Corte firmou-se no sentido de que a mera transcrição de ementas não é suficiente para a comprovação da divergência jurisprudencial.

Nessa linha de intelecção, destacam-se os seguintes julgados:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMINATÓRIA. PLANO DE SAÚDE. CUSTEIO DO TRATAMENTO DO SEGURADO. RECUSA. NATUREZA ABUSIVA. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Para a caracterização da sugerida divergência jurisprudencial, não basta a simples transcrição de ementas. Devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, sob pena de não serem atendidos, como na hipótese, os requisitos previstos nos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, § 2º, do RISTJ.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1118727/SP, Rel. **Ministro RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/2017, DJe 06/10/2017 - grifou-se)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ERRO DE CÁLCULO. REVISÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 7/STJ. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO.

(...)

3. A demonstração da divergência não se satisfaz com a simples transcrição de ementas, mas com o confronto entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

4. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 978.980/SP, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe

Superior Tribunal de Justiça

15/08/2017 - grifou-se)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator